



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES  
RUA DESEMBARGADOR HOMERO MAFRA,60 - Bairro ENSEADA DO SUÁ - CEP 29050906 - Vitória - ES - www.tjes.jus.br

**AUTORIZAÇÃO Nº 2870948 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESPIRITO SANTO**  
**ESCOLA DA MAGISTRATURA - EMES**

Trata-se de processo administrativo para contratação do(a) instrutor(a) **Gabriela Brito de Castro**, detentora do título de Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), Professora Universitária e servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18), para ministrar o curso de capacitação e treinamento intitulado **"Avaliação e Gerenciamento dos Riscos Psicossociais no Ambiente de Trabalho"**, com carga horária de 12 horas-aula, em caráter remoto, entre os dias 21 e 24 de outubro de 2025, destinado aos integrantes do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, como parte do programa de Cursos de Formação Continuada para Magistrados/as e Servidores/as, sob a coordenação da EMES.

A remuneração será feita com base em tabela estipulada pela ENFAM e adotada pela EMES, que prevê o valor de **R\$425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais)** para cada hora-aula ministrada por instrutor com título de **Mestrado**.

Informo que prestação de serviço da instrutora terá a duração de **12 horas-aula** (conforme Termo de Referência SEI 2845904). Assim, o custo total da contratação será de **R\$5.100,00 (cinco mil e cem reais)**.

Pois bem.

A Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo é a unidade responsável pelas ações de capacitação e treinamento de recursos humanos do Poder Judiciário Estadual do Espírito Santo.

Com o advento da Emenda Regimental nº 05/2016, que alterou o art. 48, §3º, VIII do Regimento Interino do TJES, o ordenamento de despesa e emissão de empenho vinculado ao orçamento da Escola da Magistratura é de responsabilidade desta unidade, especificamente da Coordenadora Administrativa da EMES.

Dito isso, destaco que o presente procedimento encontra-se instruído nos termos da NP 01.02, mormente quanto à previsão orçamentária no PPA, LDO e LOA, reserva orçamentária e a regularidade do procedimento licitatório, que foi atestada por parecer da Assessoria Jurídica.

Ante o exposto, à vista do contido no presente procedimento, com fulcro nas informações da unidade competente, em estando a presente despesa adequada com a Lei Orçamentária Anual, com dotação específica suficiente e compatível com o Plano Plurianual de Aplicações e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, **AUTORIZO** a contratação do(a) instrutor(a) **Gabriela Brito de Castro** para ministrar o curso acima especificado, pelo valor de **R\$5.100,00 (cinco mil e cem reais)** a ser custeado pelo elemento de despesa nº **3.3.90.36.28 (treinamento de magistrados - 1ª instância)**.

Tendo em vista a proximidade da data do curso, solicito que o empenho orçamentário seja emitido, conforme formulário anexo, concomitantemente com as providências para a publicação da contratação.

Assim, remeto os autos à **Seção de Contratação** para a publicação do Termo de Aviso de Contratação Direta e para a **Seção de Empenho e Classificação de Despesas** para a emissão do empenho orçamentário.

Em 30 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **LORRAYNE SERAFIM MORO, COORDENADOR ADMINISTRATIVO**, em 02/10/2025, às 11:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2870948** e o código CRC **1945B113**.